

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Fevereiro/2023



Concurso Público para o Provimento de Cargos de **Técnico Judiciário** **Área Administrativa**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'J10', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A luz que me guia é bem mais forte do que os olhos que me cercam.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A B C D E
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Redação a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Leia a crônica “Pai de família sem plantação”, de Paulo Mendes Campos, para responder às questões de números 1 a 12.

Sempre me lembro da história exemplar de um mineiro que veio até a capital, zanzou por aqui, e voltou para contar em casa os assombros da cidade. Seu velho pai balançou a cabeça; fazendo da própria dúvida a sua sabedoria: “É, meu filho, tudo isso pode ser muito bonito, mas pai de família que não tem plantação, não sei não...”

Às vezes morro de nostalgia. São momentos de sinceridade, nos quais todo o meu ser denuncia minha falsa condição de morador do Rio de Janeiro. A trepidação desta cidade não é minha. Sou mais, muito mais, querendo ou não querendo, de uma indolência de sol parado e gerânios. Minha terra é outra, minha gente não é esta, meu tempo é mais pausado, meus assuntos são mais humildes, minha fala, mais arrastada. O milho pendoou? Vamos ao pasto dos Macacos matar codorna? A vaca do coronel já deu cria? Desta literatura rural é que preciso.

Eis em torno de mim, a cingir-me como um anel, o Rio de Janeiro. Velozes automóveis me perseguem na rua, novos edifícios crescem fazendo barulho em meus ouvidos, a guerra comercial não me dá tréguas, o clamor do telefone me põe a funcionar sem querer, a vaga se espria e repercute no meu peito, minha inocência não percebe o negócio de milhões articulado com um sorriso e um aperto de mão. Pois eu não sou daqui.

Vivo em apartamento só por ter cedido a uma perversão coletiva; nasci em casa de dois planos, o de cima, da família, sobre tábuas lavadas, claro e sem segredos, e o de baixo, das crianças, o porão escuro, onde a vida se tece de nada, de pressentimentos, de imaginação, do estofo dos sonhos. A maciez das mãos que me cumprimentam na cidade tem qualquer coisa de peixe e mentira; não sou desta viração mesclada de maresia; não sei comer este prato vermelho e argênteo de crustáceos; não entendo os sinais que os navios trocam na cerração além da minha janela. Confio mais em mãos calosas, meus sentidos querem uma brisa à boca da noite cheirando a capim-gordura; um prato de tutu e torresmos para minha fome; e quando o trem distante apitasse na calada, pelo menos eu saberia em que sentimentos desfalecer.

Ando bem sem automóvel, mas sinto falta de uma charrete. Com um matungo que me criasse amizade, eu visitaria o vigário, o médico, o turco, o promotor que lê Victor Hugo, o italiano que tem uma horta, o ateu local, o criminoso da cadeia, todos eles muitos meus amigos. Se aqui não vou à igreja, lá pelo menos frequentaria a doçura do adro, olhando o cemitério em aclive sobre a encosta, emoldurado em muros brancos. Aqui jaz Paulo Mendes Campos. Por favor, engavetem-me com simplicidade do lado da sombra. É tudo o que peço. E não é preciso rezar por minha alma desgovernada.

(Adaptado de: CAMPOS, Paulo Mendes. **Balé do pato**. São Paulo: Ática, 2012)

1. Em relação à vida urbana no Rio de Janeiro, o cronista expressa, sobretudo, um sentimento de
 - (A) entusiasmo.
 - (B) orgulho.
 - (C) inadequação.
 - (D) inveja.
 - (E) curiosidade.

2. O cronista dirige-se explicitamente a seus leitores no seguinte trecho:
 - (A) “Por favor, engavetem-me com simplicidade do lado da sombra.” (5º parágrafo)
 - (B) “É, meu filho, tudo isso pode ser muito bonito, mas pai de família que não tem plantação, não sei não...” (1º parágrafo)
 - (C) “Ando bem sem automóvel, mas sinto falta de uma charrete.” (5º parágrafo)
 - (D) “Eis em torno de mim, a cingir-me como um anel, o Rio de Janeiro.” (3º parágrafo)
 - (E) “Vivo em apartamento só por ter cedido a uma perversão coletiva,” (4º parágrafo)

3. O cronista recorre à figura de linguagem denominada hipérbole em:
 - (A) *Pois eu não sou daqui.* (3º parágrafo)
 - (B) *Vamos ao pasto dos Macacos matar codorna?* (2º parágrafo)
 - (C) *A vaca do coronel já deu cria?* (2º parágrafo)
 - (D) *Às vezes morro de nostalgia.* (2º parágrafo)
 - (E) *Ando bem sem automóvel, mas sinto falta de uma charrete.* (5º parágrafo)

4. No 1º parágrafo, em relação ao relato do filho sobre a capital, o velho pai mostra-se, sobretudo,
 - (A) rancoroso.
 - (B) entediado.
 - (C) reticente.
 - (D) nostálgico.
 - (E) entusiasmado.



5. O termo que qualifica o substantivo na expressão “*velho pai*” (1º parágrafo) tem sentido oposto àquele que qualifica o substantivo em:
- (A) *alma desgovernada* (5º parágrafo).
 - (B) *história exemplar* (1º parágrafo).
 - (C) *falsa condição* (2º parágrafo).
 - (D) *perversão coletiva* (4º parágrafo).
 - (E) *novos edifícios* (3º parágrafo).
-
6. *o meu ser denuncia minha falsa condição de morador do Rio de Janeiro.* (2º parágrafo)
- Ao se transpor o trecho acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será:
- (A) foi denunciado
 - (B) denunciaria
 - (C) fora denunciada
 - (D) denunciara
 - (E) é denunciada
-
7. Verifica-se o emprego de vírgula para assinalar a supressão de um verbo em:
- (A) “*É, meu filho, tudo isso pode ser muito bonito, mas pai de família que não tem plantação, não sei não...*” (1º parágrafo).
 - (B) “*Minha terra é outra, minha gente não é esta, meu tempo é mais pausado, meus assuntos são mais humildes, minha fala, mais arrastada.*” (2º parágrafo).
 - (C) “*Ando bem sem automóvel, mas sinto falta de uma charrete.*” (5º parágrafo).
 - (D) “*Eis em torno de mim, a cingir-me como um anel, o Rio de Janeiro.*” (3º parágrafo).
 - (E) “*Se aqui não vou à igreja, lá pelo menos frequentaria a doçura do adro, olhando o cemitério em aclave sobre a encosta, emoldurado em muros brancos.*” (5º parágrafo).
-
8. O cronista disse: – Não é preciso rezar por minha alma desgovernada.
- Ao ser transposto para o discurso indireto, o texto acima assume a seguinte redação:
- (A) O cronista disse: – Não precisava rezar por sua alma desgovernada.
 - (B) O cronista disse: – Não precisaria rezar por minha alma desgovernada.
 - (C) O cronista disse que não fora preciso rezar por minha alma desgovernada.
 - (D) O cronista disse que não era preciso rezar por sua alma desgovernada.
 - (E) O cronista disse que não é preciso rezar por sua alma desgovernada.
-
9. *Sempre me lembro da história exemplar de um mineiro que veio até a capital, zanzou por aqui, e voltou para contar em casa os assombros da cidade.* (1º parágrafo)
- O termo sublinhado acima introduz uma oração que expressa ideia de
- (A) condição.
 - (B) consequência.
 - (C) causa.
 - (D) finalidade.
 - (E) proporção.
-
10. Expressão expletiva é uma expressão que não exerce função sintática. (Adaptado de: BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**, 2009)
- Constitui uma expressão expletiva o que está sublinhado em:
- (A) *Desta literatura rural é que preciso* (2º parágrafo).
 - (B) *Sempre me lembro da história exemplar* (1º parágrafo).
 - (C) *Vivo em apartamento só por ter cedido a uma perversão coletiva* (4º parágrafo).
 - (D) *Pois eu não sou daqui* (3º parágrafo).
 - (E) *Às vezes morro de nostalgia* (2º parágrafo).
-
11. Verifica-se a ocorrência de metonímia em:
- (A) *um mineiro que veio até a capital* (1º parágrafo).
 - (B) *o promotor que lê Victor Hugo* (5º parágrafo).
 - (C) *pai de família que não tem plantação* (1º parágrafo).
 - (D) *um prato de tutu e torresmos para minha fome* (4º parágrafo).
 - (E) *É tudo o que peço* (5º parágrafo).



12. “nasci em casa de dois planos, o de cima, da família, sobre tábuas lavadas, claro e sem segredos, e o de baixo, das crianças, o porão escuro, onde a vida se tece de nada, de pressentimentos, de imaginação, do estofado dos sonhos.” (4^o parágrafo)

O termo sublinhado acima pode ser substituído, sem prejuízo para a correção gramatical, por:

- (A) nas quais
- (B) na qual
- (C) nos quais
- (D) no qual
- (E) a qual

Atenção: Leia o trecho do romance “**Esau e Jacó**”, de Machado de Assis, para responder às questões de números 13 a 17.

Visões e reminiscências iam assim comendo o tempo e o espaço ao conselheiro Aires, a ponto de lhe fazerem esquecer o pedido de Natividade; mas não o esqueceu de todo, e as palavras trocadas há pouco surdiam-lhe das pedras da rua. Considerou que não perdia muito em estudar os rapazes. Chegou a apanhar uma hipótese, espécie de andorinha, que avoaça entre árvores, abaixo e acima, pousa aqui, pousa ali, arranca de novo um surto e toda se despeja em movimentos. Tal foi a hipótese vaga e colorida, a saber, que se os gêmeos tivessem nascido dele talvez não divergissem tanto nem nada, graças ao equilíbrio do seu espírito. A alma do velho entrou a ramalhar não sei que desejos retrospectivos, e a rever essa hipótese, ele pai, estes meninos seus, toda a andorinha que se dispersava num farfalhar calado de gestos.

(Adaptado de: ASSIS, Machado de. **Esau e Jacó**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012)

13. Depreende-se do texto que o conselheiro Aires se considerava uma pessoa:

- (A) preguiçosa.
- (B) distraída.
- (C) rancorosa.
- (D) submissa.
- (E) equilibrada.

14. “Visões e reminiscências iam assim comendo o tempo e o espaço ao conselheiro Aires, a ponto de lhe fazerem esquecer o pedido de Natividade”

O termo sublinhado acima refere-se a

- (A) tempo e espaço.
- (B) Visões e reminiscências.
- (C) conselheiro Aires.
- (D) pedido.
- (E) Natividade.

15. É invariável quanto a gênero e a número o termo sublinhado em:

- (A) Chegou a apanhar uma hipótese.
- (B) as palavras trocadas há pouco surdiam-lhe das pedras da rua.
- (C) se os gêmeos tivessem nascido dele talvez não divergissem.
- (D) arranca de novo um surto e toda se despeja em movimentos.
- (E) Tal foi a hipótese vaga e colorida.

16. Retoma uma expressão mencionada anteriormente no texto o termo sublinhado em:

- (A) se os gêmeos tivessem nascido dele talvez não divergissem.
- (B) a ponto de lhe fazerem esquecer o pedido de Natividade.
- (C) Chegou a apanhar uma hipótese.
- (D) Tal foi a hipótese vaga e colorida.
- (E) mas não o esqueceu de todo.

17. Um vocábulo também pode ser formado quando passa de uma classe gramatical a outra, sem a modificação de sua forma. É o que se denomina derivação imprópria. Constitui exemplo de derivação imprópria o termo sublinhado em:

- (A) “andorinha que se dispersava num farfalhar calado de gestos”.
- (B) “a ponto de lhe fazerem esquecer o pedido de Natividade”.
- (C) “Considerou que não perdia muito em estudar os rapazes”.
- (D) “Chegou a apanhar uma hipótese”.
- (E) “A alma do velho entrou a ramalhar não sei que desejos retrospectivos”.

**Matemática e Raciocínio Lógico**

18. O aluguel do apartamento em que João mora custa R\$ 1.300,00 por mês acrescido do valor de R\$ 400,00, que corresponde às despesas do condomínio. João foi notificado que, a partir do próximo mês, o aluguel terá um reajuste de 5% e o valor do condomínio terá um reajuste de 13,5%. O acréscimo nas despesas de João com aluguel e condomínio no próximo mês será de:
- (A) 10,50%
(B) 7,00%
(C) 6,00%
(D) 12,50%
(E) 9,25%
-
19. Alberto, Breno e Carlos pretendem viajar nas próximas férias e irão para cidades diferentes, Rio de Janeiro, Florianópolis e Belo Horizonte, não necessariamente nessa ordem. Além disso utilizarão meios de transporte diferentes, ônibus, carro e avião, não necessariamente nessa ordem. Breno vai de ônibus, Alberto vai para o Rio de Janeiro e quem viaja para Belo Horizonte vai de carro. É correto afirmar:
- (A) Alberto vai de avião e Breno vai para Florianópolis.
(B) Carlos vai de avião e Breno vai para Florianópolis.
(C) Alberto vai de ônibus e Carlos vai para Florianópolis.
(D) Carlos vai de avião e Breno vai para Belo Horizonte.
(E) Alberto vai de avião e Breno vai para o Rio de Janeiro.
-
20. Ana, Bia, Carla e Diana têm 20 anéis. Ana é quem tem mais anéis, Bia tem um anel a menos do que Ana, Carla é quem tem menos anéis e Diana tem um anel a mais do que Carla. Sabendo-se que todas têm pelo menos 3 anéis, é correto afirmar:
- (A) Diana tem 4 anéis.
(B) Carla tem, no máximo, 4 anéis.
(C) Bia tem 5 anéis.
(D) Ana e Diana juntas têm menos de 10 anéis.
(E) Beatriz tem 5 anéis.
-
21. Na disciplina de matemática, o critério de avaliação é a média ponderada das notas em três provas, sendo que a terceira tem peso 2 e as demais têm peso 1 cada uma. Na segunda prova, a nota de Pedro foi 50% maior do que a nota de sua primeira prova. Já na terceira prova, Pedro tirou 1 ponto a mais do que em sua segunda prova. Sabendo-se que a média ponderada de Pedro na disciplina de matemática foi 6, a nota da primeira prova foi
- (A) 7
(B) 6
(C) 5
(D) 4
(E) 3
-
22. Em cada um de 35 cartões em branco, João escreveu ou o número 3 ou o número 4. Ao final, somou os 35 números escritos e percebeu que a soma era par e múltiplo de 17. O valor da soma é
- (A) 102
(B) 136
(C) 170
(D) 204
(E) 68
-
23. Dado que $16^n + 16^n + 16^n + 16^n = 2^{2022}$, o valor de n é
- (A) 1010
(B) 1011
(C) 505
(D) 4020
(E) 504
-
24. Quatro barras de chocolate custam R\$ 46,50 a mais do que uma barra. O preço de duas barras de chocolate é
- (A) R\$ 30,00
(B) R\$ 32,00
(C) R\$ 33,50
(D) R\$ 33,00
(E) R\$ 31,00



25. Uma residência apresentou os seguintes consumos de energia elétrica, em kWh, nos últimos meses de 2022: 611 em julho, 574 em agosto, 599 em setembro, 596 em outubro e 556 em novembro. Os moradores da residência desejam que o consumo médio do segundo semestre de 2022 não supere 580 kWh. Para que a meta seja alcançada o consumo no mês de dezembro de 2022 deve ser, no máximo, de
- (A) 533 kWh
 - (B) 612 kWh
 - (C) 544 kWh
 - (D) 588 kWh
 - (E) 573 kWh

Legislação

26. Nos termos do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, Presidente e Vice-Presidente
- (A) são órgãos da Justiça do Trabalho da 18ª Região.
 - (B) podem ser eleitos com voto por procuração.
 - (C) possuem mandatos de um ano.
 - (D) são eleitos por votação aberta.
 - (E) são eleitos pela maioria dos membros efetivos do Tribunal Pleno.
27. Nos termos definidos no Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, alterar a jurisdição das Varas do Trabalho, autorizar magistrado a participar de cursos de aperfeiçoamento com afastamento das atividades judicantes e deliberar sobre autorização para Juiz do Trabalho residir fora dos limites territoriais de jurisdição da Vara do Trabalho em que for titular, compete, respectivamente,
- (A) ao Tribunal Pleno – ao Tribunal Pleno – e ao Corregedor Regional.
 - (B) ao Corregedor Regional – ao Corregedor Regional – e ao Tribunal Pleno.
 - (C) ao Tribunal Pleno – ao Tribunal Pleno – e ao Tribunal Pleno.
 - (D) ao Tribunal Pleno – ao Corregedor Regional – e ao Corregedor Regional.
 - (E) ao Corregedor Regional – ao Corregedor Regional – e ao Corregedor Regional.
28. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, as correições nas Varas do Trabalho e Serviços Auxiliares de primeiro grau realizadas anualmente ou sempre que se fizerem necessárias, com a publicação prévia de edital, sendo examinados registros, autos e documentos, além de pontos diversos relacionados à organização e ao funcionamento da unidade que o Corregedor Regional julgar necessário e conveniente são definidas como
- (A) ordinárias.
 - (B) comuns.
 - (C) extraordinárias.
 - (D) parciais.
 - (E) regimentais.
29. A Lei nº 8.112/1990 estabelece que, ao entrar em exercício, a aptidão e a capacidade do servidor nomeado para cargo de provimento efetivo serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo. Essa avaliação é definida como
- (A) exercício de cargo probatório.
 - (B) interstício probatório.
 - (C) tempo probatório.
 - (D) estágio probatório.
 - (E) teste probatório.
30. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, dentre outros, são exemplos de situações das quais decorrem vacância do cargo público os casos de
- (A) exoneração e aproveitamento.
 - (B) promoção e readaptação.
 - (C) demissão e disponibilidade.
 - (D) aposentadoria e recondução.
 - (E) falecimento e reintegração.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

31. Josafá não possuía acesso às informações sobre sua pessoa contidas no banco de dados de determinada entidade de caráter público. Josafá requereu, então, a essa entidade, que lhe fosse dado acesso àqueles dados cujo teor desconhecia, o que lhe foi expressamente negado sob o fundamento de serem sigilosas essas informações. Nesse caso, de acordo com a Constituição Federal, Josafá
- (A) poderá impetrar *mandado de injunção* para que lhe seja assegurado o conhecimento das informações relativas à sua pessoa.
 - (B) poderá impetrar *habeas corpus*, pois se trata de um direito líquido e certo obter o conhecimento das informações relativas à sua pessoa.
 - (C) não poderá ter conhecimento dessas informações, dado o caráter sigiloso que elas possuem, não podendo, portanto, solicitar judicialmente o seu acesso.
 - (D) não poderá solicitar judicialmente o acesso às informações relativas à sua pessoa, pois a entidade governamental possui autonomia nas suas decisões.
 - (E) poderá impetrar *habeas data* para que lhe seja assegurado o conhecimento das informações relativas à sua pessoa.
-
32. Francisca, trabalhadora rural, foi demitida de seu emprego, sem nunca ter recebido remuneração superior à do seu serviço normal, pela realização de serviço extraordinário. Nesse caso, de acordo com a Constituição Federal, conforme apenas as informações fornecidas, Francisca, para obter o que lhe é devido e que o empregador se recusa a lhe pagar,
- (A) terá direito de ajuizar ação, com prazo prescricional de cinco anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.
 - (B) não terá direito de ajuizar ação, por se tratar de trabalhadora rural.
 - (C) terá direito de ajuizar ação a qualquer tempo, pois os créditos resultantes das relações de trabalho são imprescritíveis.
 - (D) não terá direito de ajuizar ação, pois recebeu remuneração pelo serviço extraordinário exercido.
 - (E) terá direito de ajuizar ação, com prazo prescricional de dois anos, até o limite de cinco anos após a extinção do contrato de trabalho.
-
33. Considere:
- I. Altair, brasileiro naturalizado, 47 anos de idade.
 - II. Carla, brasileira nata, 30 anos de idade.
 - III. Zico, brasileiro nato, 40 anos de idade.
- De acordo com a Constituição Federal, com base apenas nas informações fornecidas, sendo as demais condições de elegibilidade atendidas, é possível a candidatura ao cargo de Presidente da República de
- (A) Altair, apenas.
 - (B) Carla e Zico, apenas.
 - (C) Altair, Carla e Zico.
 - (D) Zico, apenas.
 - (E) Altair e Zico, apenas.
-
34. A proposta de um terço dos membros da Câmara dos Deputados, de emenda constitucional tendente a abolir o voto secreto, com a justificativa de verificação da licitude das eleições, de acordo com a Constituição Federal,
- (A) poderá ser objeto de deliberação, desde que fundamentada e aprovada pelo Presidente da República.
 - (B) não poderá ser objeto de deliberação, em razão da matéria nela abordada.
 - (C) somente não poderá ser objeto de deliberação na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
 - (D) poderá ser objeto de deliberação, ainda que na vigência de intervenção federal, dada a relevância da matéria.
 - (E) não poderá ser objeto de deliberação, pois a Constituição Federal somente pode ser emendada mediante proposta do Presidente da República.
-
35. De acordo com a Constituição Federal, o ato do Presidente da República que atente contra a lei orçamentária é considerado
- (A) infração penal comum, devendo seu julgamento ocorrer perante o Senado Federal, se admitida a acusação na forma legal.
 - (B) crime de responsabilidade, devendo seu julgamento ocorrer perante o Supremo Tribunal Federal, se admitida a acusação na forma legal.
 - (C) crime de responsabilidade, devendo seu julgamento ocorrer perante o Senado Federal, se admitida a acusação na forma legal.
 - (D) infração penal comum, devendo seu julgamento ocorrer perante o Supremo Tribunal Federal, se admitida a acusação na forma legal.
 - (E) crime de responsabilidade, devendo seu julgamento ocorrer perante o Congresso Nacional, se admitida a acusação na forma legal.



36. De acordo com a Constituição Federal, o Supremo Tribunal Federal, o Tribunal Superior do Trabalho e o Conselho Nacional de Justiça
- (A) são órgãos do Poder Judiciário, sendo que apenas o Conselho Nacional de Justiça não tem sede na Capital Federal.
 - (B) têm sede na Capital Federal, sendo que apenas o Conselho Nacional de Justiça não é órgão do Poder Judiciário.
 - (C) têm sede na Capital Federal, sendo que todos são órgãos do Poder Judiciário.
 - (D) são órgãos do Poder Judiciário, sendo que apenas o Supremo Tribunal Federal tem sede na Capital Federal.
 - (E) são órgãos do Poder Judiciário, sendo que apenas o Tribunal Superior do Trabalho não tem sede na Capital Federal.
-
37. De acordo com a Constituição Federal, aos membros do Ministério Público do Trabalho é
- (A) vedado, dentre outros comportamentos, exercer a advocacia, podendo, entretanto, exercer atividade político-partidária.
 - (B) assegurada, dentre outras garantias, a inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, apenas mediante decisão transitada em julgado do órgão colegiado do Poder Judiciário.
 - (C) vedado, dentre outros comportamentos, receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, percentagens ou custas processuais, podendo receber honorários.
 - (D) vedado, dentre outros comportamentos, exercer a advocacia, podendo exercer quaisquer outras funções públicas, além de duas de magistério, quando em disponibilidade.
 - (E) assegurada, dentre outras garantias, a vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.

Noções de Direito Administrativo

38. Quando constatado que as razões de fato ou de direito consignadas para a prática de determinado ato administrativo são falsas, tem-se
- (A) vício de motivo, sendo cabível a invalidação administrativa ou judicial do ato, ainda que se trate de ato discricionário.
 - (B) vício de finalidade, não passível de invalidação em sede judicial, salvo em se tratando de ato vinculado.
 - (C) ato jurídico inexistente, dada a ausência de um de seus elementos constitutivos essenciais.
 - (D) vício meramente formal, descabendo invalidação na medida em que o motivo é elemento extrínseco ao ato.
 - (E) a obrigação de convalidação do ato pela autoridade superior, no exercício da autotutela administrativa, com a correção da falha identificada.
-
39. A instituição de novas secretarias de estado no âmbito da estrutura da Administração Pública
- (A) somente demanda lei em sentido formal se ensejar aumento de despesa ou criação de cargos.
 - (B) representa descentralização administrativa, demandando autorização legislativa e edição de decreto regulamentar.
 - (C) é matéria de organização administrativa e prescinde de lei, dependendo apenas de edição de decreto do Chefe do Executivo.
 - (D) constitui matéria de reserva de lei em sentido formal, extrapolando a competência do Chefe do Executivo para dispor sobre organização administrativa.
 - (E) é expressão do princípio da hierarquia, inerente à Administração, podendo ser efetuada por atos infra legais, mediante delegação governamental.
-
40. A instituição de consórcios públicos, regidos pela Lei nº 11.107/2005,
- (A) depende de prévia subscrição de protocolo de intenções pelos entes consorciados e, caso adotada personalidade de direito público, ratificação, mediante lei.
 - (B) ocorre mediante a celebração de convênio entre os consorciados, podendo ser denunciado a qualquer momento.
 - (C) não pode envolver entes da mesma esfera da federação, salvo em se tratando de regiões metropolitanas.
 - (D) demanda a prévia instituição de pessoa jurídica de direito público, com natureza de autarquia interfederativa.
 - (E) opera-se com a criação de associação, nos termos do Código Civil, vedada a instituição sob regime de direito público.
-
41. Suponha que determinado servidor público esteja sendo acusado da prática de ato de improbidade por conduta que causou prejuízo à Administração, perpetrada já sob o regime da Lei nº 14.230/2021, que alterou a Lei nº 8.429/1992. A conduta em questão
- (A) será considerada ato de improbidade, desde que presentes os elementos de tipificação como crime contra a Administração Pública, dada a comunicabilidade de instâncias.
 - (B) caracterizará ato de improbidade, se for de natureza comissiva, dolosa ou culposa, não mais sendo admitida a capitulação de condutas omissivas como ato de improbidade.
 - (C) não será suficiente para configurar ato de improbidade, ainda que dolosa, sendo necessária a comprovação de enriquecimento ilícito do agente.
 - (D) depende da prévia condenação do agente público em processo administrativo disciplinar para, a partir da delimitação de sua culpabilidade, ser enquadrada como ato de improbidade.
 - (E) somente poderá ser capitulada como ato de improbidade se presente o elemento subjetivo dolo, não sendo assim capituladas condutas meramente culposas.



42. A criação de empresa pública para atuar em regime de competição no mercado com empresas privadas
- (A) não encontra respaldo em nosso ordenamento jurídico, admitindo-se, em tais casos, a criação de sociedade de economia mista com participação pública minoritária.
 - (B) pressupõe imperativo de segurança nacional ou relevante interesse coletivo e demanda prévia autorização legislativa.
 - (C) é inconstitucional, somente sendo autorizada a atuação empresária do Estado para prestação de serviços públicos.
 - (D) somente é viável em caráter excepcional, sendo a empresa criada por lei específica, derogatória do regime de direito privado.
 - (E) não é juridicamente viável, eis que a intervenção direta do Estado no domínio econômico somente é admissível em regime de monopólio ou em setores regulados.
-
43. Suponha que o Estado pretenda adquirir um imóvel para instalação de delegacia de polícia em determinada área que vem registrando aumento dos índices de criminalidade. Demonstrou que o referido imóvel apresenta condições específicas de localização e de instalações justificadoras da escolha. Outrossim, apresentou avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações imprescindíveis às necessidades de utilização, e do prazo de amortização dos investimentos. De acordo com as disposições da Lei nº 14.133/2021, a aquisição
- (A) independe de licitação, esta que só é exigida para alienação de bens imóveis integrantes do patrimônio público e não para sua aquisição.
 - (B) prescinde de licitação, configurando inexigibilidade se demonstrada a singularidade do imóvel e evidenciada a vantagem para a Administração, além de certificada a inexistência de imóveis públicos que atendam ao objeto.
 - (C) poderá ocorrer com dispensa de licitação, bastando a comprovação de compatibilidade de preço com os praticados no mercado e adequação do imóvel aos fins colimados pela Administração.
 - (D) poderá ocorrer somente mediante desapropriação, precedida da edição de decreto de utilidade ou necessidade pública.
 - (E) depende de prévia licitação, na modalidade leilão ou concorrência, não havendo hipótese legal de dispensa ou inexigibilidade em função das características indicadas.
-
44. De acordo com o regime estabelecido pela Lei nº 8.112/1990, caso determinado cargo público seja extinto, ao servidor efetivo estável que esteja ocupando o referido cargo aplica-se o instituto da
- (A) disponibilidade, com aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.
 - (B) requisição, podendo ser convocado para desempenhar as mesmas atribuições em órgãos ou entidades de outros poderes, mediante cessão.
 - (C) readaptação, com participação compulsória em programas de formação ou cursos de capacitação que o habilitem a desempenhar atribuições de maior complexidade.
 - (D) reversão em extranumerário, podendo optar pela aposentadoria com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
 - (E) redistribuição, ficando o servidor autorizado a desempenhar as atribuições do cargo de origem em outra lotação, sem acréscimo da remuneração original.
-

45. A atuação da Administração Pública no exercício do poder de polícia
- (A) demanda relação de subordinação e manifesta-se na forma de medidas sancionatórias àqueles sujeitos ao regime de direito público.
 - (B) restringe-se ao âmbito interno, não alcançando terceiros sem vínculo jurídico com a Administração.
 - (C) possui como um de seus atributos a executoriedade, que assegura o cumprimento pelo particular independentemente da sua anuência.
 - (D) é sempre dotada de coercibilidade, autorizando medidas de força pela autoridade pública para sua observância.
 - (E) restringe-se a proibições ou restrições de conduta, não abrangendo imposição de obrigações de fazer.
-

Noções de Administração Pública

46. Uma organização cuja estrutura seja do tipo divisional apresenta unidades
- (A) de duração temporária, vinculadas a projetos por elas executados, além dos órgãos permanentes (*staff*).
 - (B) que operam com relativa autonomia, denominados centros de resultados, organizados por produto, área geográfica ou clientela.
 - (C) submetidas a estrutura externa à organização, que apura resultados de forma centralizada.
 - (D) principais, ou de primeiro nível: financeiro, contábil e normativo, e subordinadas: encarregadas da produção.
 - (E) criadas a partir de critério de departamentalização funcional, sem autonomia para apurar lucros ou prejuízos de forma individualizada.
-



47. Uma entidade que tenha verificado que o resultado obtido por determinado processo de avaliação de desempenho aplicado a seus empregados apresentou “efeito halo” defrontou-se com
- (A) identificação de profissionais acima da média, como resultante de uma avaliação acurada, gerando a expectativa de promoções ou aumento de remuneração.
 - (B) vício decorrente da falta de comprometimento ou de preparo do avaliador, que atribui uma avaliação mediana a todo o universo de avaliados.
 - (C) resultado extremamente negativo, resultante do excesso de rigor do avaliador, que toma por base padrões de difícil atingimento.
 - (D) distorção na avaliação, resultante da generalização de um aspecto do desempenho, bom ou ruim, para todos os demais quesitos avaliados.
 - (E) viés no resultado em razão de preferências pessoais do avaliador, gerando ressentimento e descrédito que contamina o clima organizacional.
-
48. No início da década de 1940, Abraham Maslow desenvolveu sua teoria sobre a hierarquia das necessidades, a partir da qual é possível inferir o que motiva cada pessoa. Segundo Maslow, o princípio básico da motivação consiste no fato de que o ser humano é
- (A) dotado de diversas expectativas e necessidades, não sendo plausível propor uma hierarquia entre elas, mas apenas constatar que não existe motivação quando o indivíduo possui necessidades básicas não satisfeitas.
 - (B) avesso ao trabalho e ao esforço físico e intelectual, naturalmente, necessitando ser induzido a realizar essas atividades a partir de um sistema consistente de recompensas e de punições.
 - (C) orientado apenas para busca de recompensas materiais, de forma que o grau de motivação obtido constitui resultado diretamente proporcional ao salário e benefícios que lhe são oferecidos.
 - (D) orientado, intrinsecamente, para busca de reconhecimento, pertencimento e afiliação ao grupo, possuindo esses fatores um peso relativo maior na motivação do que as recompensas financeiras.
 - (E) motivado por necessidades não satisfeitas, e que certas necessidades básicas, precisam ser satisfeitas antes que outras: as de segurança, de associação, de status e de autorrealização.
-
49. Entre os diferentes estudos que buscam contribuir para o entendimento da liderança no ambiente organizacional, aqueles que discorrem sobre a liderança transacional apontam como traço característico de tal modelo:
- (A) existência de uma relação paternalista entre líder e liderados, na qual as falhas são relevadas e é difícil obter resultados satisfatórios.
 - (B) modulação do comportamento do líder de acordo com o grau de maturidade apresentado pelos liderados.
 - (C) presença de um líder carismático, que conduz os liderados com base na crença que os mesmos nutrem quanto à sua superioridade.
 - (D) uma relação simbiótica e tóxica entre líder e liderados, com resultados obtidos por meio de ameaças constantes.
 - (E) recompensa proporcional ao desempenho, com o gestor se comportando como chefe, sem estimular o crescimento dos liderados.
-
50. Quando a gestão de projetos de uma organização é feita com base na metodologia CPM (*Critical Path Method*), isso significa que o denominado caminho crítico é formado por
- (A) desafios internos a serem superados, normalmente relacionados com resistência a mudanças ou falta de suporte técnico.
 - (B) ameaças externas que podem impactar o tempo de duração do projeto e devem ser neutralizadas.
 - (C) atividades que não podem sofrer atrasos, sob pena de comprometimento do prazo estimado para a execução do projeto.
 - (D) fatores contingentes que precisam ser monitorados, como rotatividade de pessoal, atraso de fornecedores e aumento de custos.
 - (E) aspectos que não interferem no tempo de execução do projeto, mas que afetam o seu escopo ou a qualidade do resultado.
-
51. Tomando por base as diferentes categorizações apresentadas pela doutrina acerca dos tipos de decisões e processos decisórios, caracterizam-se como decisões
- (A) consensuais aquelas baseadas na orientação de um consultor externo especializado no assunto.
 - (B) consultivas aquelas baseadas em um processo de coleta de opiniões e que reflitam a posição da maioria.
 - (C) não programadas aquelas dotadas de precariedade e pouca técnica e que oferecem soluções inadequadas.
 - (D) programadas aquelas adotadas para situações rotineiras ou repetitivas, com base no acervo de soluções disponível.
 - (E) democráticas aquelas que envolvem um processo de discussão, podendo, ao final, serem tomadas pela minoria mais esclarecida.



52. O mecanismo denominado ajuste espontâneo, existente no âmbito interno das organizações diz respeito
- (A) à avaliação ou inspeção, exercida em face dos bens ou serviços produzidos para adequá-los aos padrões estabelecidos previamente.
 - (B) à coordenação, envolvendo comunicação entre os responsáveis pelas atividades, sem demandar relação de subordinação.
 - (C) ao controle, exercido sobre variáveis relevantes como absenteísmo e outros fatores ligados à baixa produtividade.
 - (D) à direção, com ações corretivas aplicadas pelos gestores aos processos de trabalho que discrepem dos parâmetros de qualidade fixados.
 - (E) ao planejamento, com o ajuste progressivo das metas individuais aos objetivos estratégicos estabelecidos para a organização.
-
53. A utilização do *Balanced Scorecard* (BSC) como ferramenta de planejamento estratégico prioriza o equilíbrio organizacional a partir das perspectivas
- (A) financeira; dos clientes; dos processos internos; e do aprendizado/crescimento.
 - (B) econômica circular; da responsabilidade social, ambiental e de sustentabilidade.
 - (C) da governança interna; da comunicação; da qualidade e dos resultados financeiros.
 - (D) da visão de futuro; da missão institucional; dos valores e da cultura organizacional.
 - (E) de curto, médio e longo prazo, considerando as ameaças e oportunidades vigentes.

Noções de Direito do Trabalho

54. Herculano foi contratado pelo Banco Rende Mais na condição de estagiário, para desenvolver e complementar seu aprendizado no curso de Administração de Empresas. Sobre o que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, Herculano
- (A) não poderá prestar serviços em regime de teletrabalho, que é vedado aos estagiários, independente de acordo mútuo.
 - (B) poderá ser deslocado pelo empregador para o regime de teletrabalho, independente de acordo mútuo.
 - (C) poderá ser deslocado pelo empregador para o regime de teletrabalho, desde que haja acordo mútuo, não podendo ultrapassar de dois dias na semana nessa modalidade.
 - (D) não poderá prestar serviços em regime de teletrabalho, o qual é restrito a profissionais com vínculo empregatício.
 - (E) poderá ser deslocado pelo empregador para o regime de teletrabalho, desde que haja acordo mútuo, sem nenhuma restrição quanto à frequência.
-
55. Afrodite é enfermeira na clínica de saúde de idosos Aconchego e, por força da sua profissão receberá da empresa adicional de insalubridade em grau médio, após constatação em parecer de técnico contratado pelo seu empregador. Sabendo-se que o salário mínimo vigente na região é de R\$ 1.300,00 e que o salário fixo de Afrodite é de R\$ 2.500,00, o seu adicional de insalubridade será de
- (A) R\$ 260,00
 - (B) R\$ 500,00
 - (C) R\$ 390,00
 - (D) R\$ 520,00
 - (E) R\$ 250,00
-
56. Vênus encerrou seu período de licença-maternidade e deverá retornar ao trabalho na Metalúrgica Ferro e Fogo, onde prestava serviços em área de contagem de material, local considerado insalubre em grau mínimo. Vênus encontra-se em período de lactação e, nessa situação, ao retornar ao trabalho, conforme previsão na Consolidação das Leis do Trabalho, seu empregador
- (A) deverá afastá-la do local insalubre até o final da lactação, mas nessa hipótese a empregada receberá apenas metade do adicional de insalubridade em grau mínimo que percebia antes do afastamento.
 - (B) deverá afastá-la do local insalubre até o final da lactação, mas a empregada continuará recebendo o adicional de insalubridade em grau mínimo que percebia antes do afastamento.
 - (C) poderá mantê-la no mesmo local de trabalho, eis que o afastamento da lactante se dá apenas nas hipóteses de local insalubre em grau máximo.
 - (D) poderá mantê-la no mesmo local de trabalho, eis que o afastamento da lactante se dá apenas nas hipóteses de local insalubre em graus médio e máximo.
 - (E) deverá afastá-la do local insalubre até o final da lactação, mas nessa hipótese a empregada não receberá o adicional de insalubridade em grau mínimo que percebia antes do afastamento.



57. Com o fim de evitar demissões de empregados, a indústria de panificação Bisnaga Macia está negociando com o Sindicato dos Empregados um Acordo Coletivo de modo a possibilitar ter um alívio na folha de pagamento mensal e conseguir manter os empregos. Dentre algumas das cláusulas colocadas a exame encontram-se:
- I. Estabelecimento de banco de horas para compensação de jornada dentro do prazo de 1 ano.
 - II. Alteração do grau de insalubridade por um período de 6 meses.
 - III. Redução por 1 ano do percentual de depósito de FGTS de 8% para 6%.
 - IV. Igualdade por 90 dias da remuneração do trabalho noturno e diurno.
 - V. Remanejamento dos feriados para que a folga recaia na primeira sexta-feira após o dia efetivo.
- Com base no que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, considera-se como cláusula lícita o que consta APENAS em
- (A) I, II e III.
 - (B) II, III e IV.
 - (C) III, IV e V.
 - (D) I, II e V.
 - (E) I, IV e V.

58. Os empregados da empresa de vigilância Farol Aceso, que possui 2.500 empregados, pretendem eleger comissão de seus representantes para entendimento direto com o empregador. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, esta comissão deverá ser composta por ...I... membros, cujo mandato dos representantes dos empregados será de ...II..., sendo que os representantes dos empregados na comissão ...III... garantia contra dispensa arbitrária ou sem justa causa.

As lacunas I, II e III devem ser preenchidas, correta e respectivamente, por:

- (A) 3 – 2 anos – não possuem
 - (B) 5 – 1 ano – não possuem
 - (C) 3 – 1 ano – possuem
 - (D) 7 – 2 anos – possuem
 - (E) 7 – 1 ano – não possuem
59. Arquimedes entende que faz jus ao mesmo salário de Sócrates, eis que ambos, na sua visão, exercem as mesmas funções na empresa funerária Sono Eterno. Conforme o que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, considerando que de fato ambos exercem as mesmas funções, com igualdade de produtividade e perfeição técnica, para que o pleito de Arquimedes tenha sucesso, a diferença de tempo de ambos na
- (A) empresa não pode ser superior a 4 anos, e a diferença de tempo na função não pode superar 2 anos.
 - (B) empresa não pode ser superior a 2 anos, e a diferença de tempo na função não pode superar 1 ano.
 - (C) função não pode superar 2 anos, independente do tempo de empresa de cada um.
 - (D) empresa não pode ser superior a 3 anos, e a diferença de tempo na função não pode superar 2 anos.
 - (E) função não pode superar 1 ano, independente do tempo de empresa de cada um.
60. Platão, 55 anos de idade, analista de sistemas na empresa Atlântida Serviços Tecnológicos Ltda., registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), pretende acordar com seu empregador o fracionamento das suas próximas férias. Com base no que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho,
- (A) o empregador não poderá concordar com a proposta de Platão porque as férias dos empregados com mais de 50 anos deverão ser concedidas de uma única vez.
 - (B) será permitido o fracionamento apenas em até dois períodos de 15 dias, eis que Platão possui mais de 50 anos.
 - (C) poderá haver o fracionamento em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um.
 - (D) será permitido o fracionamento apenas em até dois períodos, sendo um não inferior a 20 dias, eis que Platão possui mais de 50 anos.
 - (E) poderá haver o fracionamento em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quinze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um.



Discursiva-Redação

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado [...] Capítulo 10. [...] 10.3 Na **Prova Discursiva-Redação**, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral não atrelado necessariamente ao Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos referido no presente Edital. 10.3.1 A **Prova Discursiva-Redação** tem o objetivo de avaliar a proficiência em Língua Portuguesa em sua modalidade escrita, considerando a capacidade de compreender e expor argumentos com clareza, concisão, precisão, coerência e objetividade a respeito do tema e com base nos textos de apoio propostos, avaliando inclusive a correção gramatical, segundo os critérios definidos nos itens 10.4 a 10.9. 10.4 Considerando que o texto constitui uma unidade, os itens discriminados a seguir serão avaliados em estreita correlação, do que não decorre proporcionalidade na atribuição dos pontos para cada um deles: 10.4.1 **Conteúdo – até 4 (quatro) pontos:** a) perspectiva adotada no tratamento do tema; b) capacidade de análise e senso crítico em relação ao tema proposto; c) consistência dos argumentos, clareza e coerência no seu encadeamento. 10.4.2 **Estrutura – até 3 (três) pontos:** a) respeito ao gênero solicitado; b) progressão textual e encadeamento de ideias; c) articulação de frases e parágrafos (coesão textual). 10.4.2.1 A nota será prejudicada, proporcionalmente, caso ocorra, quanto ao Conteúdo, abordagem tangencial, parcial ou diluída em meio a divagações e/ou colagem de textos e de questões apresentados na prova. 10.4.3 **Expressão – até 3 (três) pontos:** A avaliação da expressão não será feita de modo estanque ou mecânico, mas sim de acordo com sua estreita correlação com os demais critérios, considerando-se: a) desempenho linguístico de acordo com o nível de conhecimento exigido; adequação do nível de linguagem adotado à produção proposta e coerência no uso; b) domínio da norma culta formal, com atenção aos seguintes itens: estrutura sintática de orações e períodos; propriedade vocabular; concordância verbal e nominal; pontuação; regência verbal e nominal; emprego de pronomes; flexão verbal e nominal; uso de tempos e modos verbais; grafia e acentuação. 10.5 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na **Prova Discursiva-Redação**, deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto Federal nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 10.6 Será atribuída nota **ZERO** à **Prova Discursiva-Redação** que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) não atender aos critérios dispostos no item 10.4 deste Capítulo. c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d) for assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f) estiver em branco; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; h) não atender aos requisitos definidos na grade de correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 10.7 Na **Prova Discursiva-Redação**, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. [...] 10.8.1 Na **Prova Discursiva-Redação, para os candidatos a cargos de nível médio**, deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo **de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas**, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 10.9 A **Prova Discursiva-Redação** terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver **nota igual ou superior a 6 (seis) pontos**.

Com seu humor característico, o escritor Luis Fernando Verissimo nos propôs esta relevante consideração sobre o tema geral da liberdade:

“Dizer que a minha liberdade termina onde começa a liberdade do outro é muito bonito. Mas e se a liberdade foi mal distribuída e o meu vizinho tem um latifúndio de liberdade, enquanto a minha é um quintalzinho de nada? É feio sugerir um reestudo dessa divisão?”

Com base no que se afirma, redija um texto dissertativo-argumentativo no qual você exponha com clareza sua posição crítica acerca do tema nele tratado.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	



17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO